

Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Adm Pública
para os devidos fins.

Em 02/04/19

Elo ags
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado _____

para relatar.

Em ____/____/____

Presidente da Comissão de Administração
Pública



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 40/2019 que:

“Altera dispositivos do Anexo II, Tabelas I e II da Lei nº 7.155, de 13 de novembro de 2018, bem como dispositivos da Lei nº 6.056, de 14 de janeiro de 2011, e dá outras providências.”

RELATOR: Dep. SEVERO EULÁLIO

I – RELATÓRIO

Sua Excelência, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí enviou Projeto de Lei nº 40/2019 que dispõe sobre a alteração dos dispositivos do Anexo II, Tabelas I e II da Lei nº 7.155, de 13 de novembro de 2018, bem como dispositivos da Lei nº 6.056, de 14 de janeiro de 2011, e dá outras providências. Com efeito, o presente Projeto de Lei visa adequar a estrutura do Tribunal de Contas do Estado do Piauí à Decisão Plenária nº 1.403/2018 que aprovou o Projeto de Reestruturação do TCE-PI, em vias do aprimoramento de seus trabalhos e conseqüente melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.

Verifica-se que esse projeto de lei tramitou inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ desta augusta Casa, recebendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade, chegando a esta Comissão para exame e parecer.

Esse é o relatório.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

II – VOTO DO RELATOR

Feitas essas considerações, passo a emitir parecer conforme determinado pelos artigos 59 a 63, 137, 138 e 139 do Regimento Interno.

De início, reitero que a proposição sob exame foi aprovada pela CCJ, onde, ao final, restou demonstrada a sua constitucionalidade e legalidade.

No que concerne aos aspectos meritórios, observamos que a propositura trata de medida relevante e conveniente na gestão do interesse público, destinada a manter a regularidade e a qualidade dos serviços. Logo, verifico não existir óbice em relação a seu aspecto administrativo, para ser aprovado esse projeto de lei. Merece destaque é que as despesas sugeridas no presente Projeto de Lei já estão devidamente amparado pelo orçamento do TCE-PI para o exercício 2019 e atende à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Constituição Federal, em especial, em seu art. 169.

Portanto, tendo sopesado todos esses argumentos, manifesto-me pela aprovação da proposição.

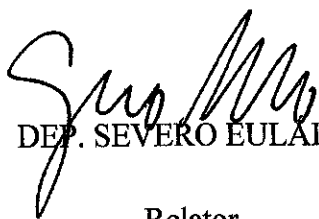
III – CONCLUSÃO DO VOTO

Desta forma o voto do relator é pela aprovação da matéria.

() pela aprovação

() pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 10 de abril de 2019.


DEP. SEVERO EULALIO
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 40/2019 que:

“Altera dispositivos do Anexo II, Tabelas I e II da Lei nº 7.155, de 13 de novembro de 2018, bem como dispositivos da Lei nº 6.056, de 14 de janeiro de 2011, e dá outras providências.”

RELATOR: Dep. SEVERO EULÁLIO

I – RELATÓRIO

Sua Excelência, o Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí enviou Projeto de Lei nº 40/2019 que dispõe sobre a alteração dos dispositivos do Anexo II, Tabelas I e II da Lei nº 7.155, de 13 de novembro de 2018, bem como dispositivos da Lei nº 6.056, de 14 de janeiro de 2011, e dá outras providências. Com efeito, o presente Projeto de Lei visa adequar a estrutura do Tribunal de Contas do Estado do Piauí à Decisão Plenária nº 1.403/2018 que aprovou o Projeto de Reestruturação do TCE-PI, em vias do aprimoramento de seus trabalhos e conseqüente melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.

Verifica-se que esse projeto de lei tramitou inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ desta augusta Casa, recebendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade, chegando a esta Comissão para exame e parecer.

Esse é o relatório.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

II – VOTO DO RELATOR

Feitas essas considerações, passo a emitir parecer conforme determinado pelos artigos 59 a 63, 137, 138 e 139 do Regimento Interno.

De início, reitero que a proposição sob exame foi aprovada pela CCI, onde, ao final, restou demonstrada a sua constitucionalidade e legalidade.

No que concerne aos aspectos meritórios, observamos que a propositura trata de medida relevante e conveniente na gestão do interesse público, destinada a manter a regularidade e a qualidade dos serviços. Logo, verifico não existir óbice em relação a seu aspecto administrativo, para ser aprovado esse projeto de lei. Merece destaque é que as despesas sugeridas no presente Projeto de Lei já estão devidamente amparado pelo orçamento do TCE-PI para o exercício 2019 e atende à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Constituição Federal, em especial, em seu art. 169.

Portanto, tendo sopesado todos esses argumentos, manifesto-me pela aprovação da proposição.

III – CONCLUSÃO DO VOTO

Desta forma o voto do relator é pela aprovação da matéria.

() pela aprovação

() pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 10 de abril de 2019.

DEP. SEVERO EULÁLIO

Relator

